

Voo cego

Constituinte só vota sistema e mandato na próxima semana

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte deverá adiar, mais uma vez, para a próxima semana a votação do sistema de governo e da duração dos futuros mandatos presidenciais. "O dr. Ulysses teme que não haja quórum", disse ontem o governador do Paraná, Alvaro Dias, depois de uma conversa com Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, sobre a possibilidade de aquelas duas votações ocorrerem ainda neste fim-de-semana.

A tarde, no plenário da Constituinte ninguém se arriscou a dizer que a votação seria no final de semana, apesar do empenho de Ulysses em acelerar as votações do capítulo sobre o Poder Legislativo, que precede o capítulo sobre o sistema de governo. "Aposto com você que não será neste fim-de-semana", disse o deputado Ubiratã Aguiar (PMDB-CE), depois de outra reunião com Ulysses.

O próprio jurista Miguel Reale Júnior, assessor especial de Ulysses Guimarães, já estava convencido, à tarde, de que não haverá votação sobre o sistema de governo e os mandatos antes de segunda-feira. "Ele (Ulysses) não se arriscaria a votar isso no final de semana", disse Reale Júnior.

Como há uma divisão praticamente em partes iguais entre parlamentaristas e presidencialistas, a votação no fim-de-semana, quando o quórum é sempre baixo, tornaria muito alta a possibilidade de nenhuma emenda conseguir o número mínimo de 280 votos para ser aprovada, configurando o chamado "buraco negro".

Números

O próprio Ulysses indiretamente deixou claro, ontem de manhã, as dificuldades em submeter ao plenário ainda esta semana as duas questões mais polêmicas da Constituinte. Durante uma reunião com lideranças de todos os partidos, pela manhã, em seu gabinete, Ulysses citou alguns números.

Disse que o capítulo sobre o Poder Legislativo teria que superar 60 votações de destaque para ser encerrado. Na terça-feira, apenas nove destaques foram votados. Dificilmente a Constituinte esgotará os demais 51 destaques até amanhã. Ulysses deixou no ar, portanto, a possibilidade de transferir para a semana próxima a votação sobre o sistema de governo.

Isto apesar de já ter convocado sessões para sábado e domingo. "Ele terá que suspender as sessões", previu Miguel Reale Júnior. O adiamento atende ao interesse tanto do bloco governista da Constituinte quanto dos que se opõem ao governo Sarney e querem definir logo o mandato e o sistema de governo.

Nem os aliados contabilizam o mesmo resultado

A guerra dos números no Congresso constituinte em torno da votação do sistema de governo provoca perplexidade até mesmo dentro dos grupos defensores do parlamentarismo e do presidencialismo. Os grupos dos senadores Mário Covas (PMDB-SP) e José Richa (PMDB-PR), ambos parlamentaristas, trabalham com números diferentes. Exatamente a mesma coisa acontece com os defensores do presidencialismo: os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Milton Reis (PMDB-MG) divergem completamente quanto à expectativa de voto na questão do sistema de governo.

Ontem, Reis circulava com um papel onde tinha o resultado do "mais recente" levantamento feito entre os constituintes. Segundo ele, há 282 presidencialistas, 234 parlamentaristas, um monarquista (o deputado Cunha Bueno, do PDS paulista), 30 indecisos e 12 que não tinham sido consultados. Por estes cálculos, o presidencialismo teria uma vantagem de 48 votos. O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) reforçava a validade dos números de Reis: "O presidencialismo vai se fortalecer mais ainda."

Enquanto Reis mostrava sua pesquisa, Fiuza escondia uma relação com a intenção de voto dos constituintes. Pelas contas de Fiuza, a diferença pró-presidencialismo é de apenas 25 votos. Muito diferente, portanto, dos 48 votos contabilizados por Reis.

Parlamentarismo

Os parlamentaristas enfrentam as mesmas divergências. Pelas contas do senador José Richa, que trabalha em conjunto com a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) na pesquisa entre os constituintes, 293 votos darão a vitória ao sistema de governo parlamentarista. Acompanhando a oscilação dos votos dia-a-dia, eles se negam a detalhar os números do plenário, alegando que os parlamentaristas recém-conquistados seriam "fortemente pressionados".

Divergindo de Richa, o grupo do senador Mário Covas trabalha com a previsão de 240 parlamentaristas contra 210 presidencialistas. Os outros 109 votos ficariam condicionados a definição do mandato do presidente José Sarney. Sessenta votos são contabilizados como favoráveis a cinco anos, enquanto que os outros tendem para os quatro anos. As duas variáveis foram substituídas por quatro pelo grupo de Covas, que descarta qualquer avaliação que não associe mandato a sistema.



O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), na Mesa da Constituinte

Planalto aposta no 'buraco negro'

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

Bravatas e retóricas à parte, o fato é que o Palácio do Planalto decidiu apostar no "buraco negro" (situação em que nenhuma das propostas obtém a maioria absoluta necessária para a sua aprovação) na questão do sistema de governo, para, depois, negociar em bloco não só o sistema em si, mas a duração do mandato do presidente José Sarney.

A estratégia palaciana parte da constatação de que, na melhor das hipóteses, o presidencialismo (o sistema preferido pelo governo) obterá aprovação por estreita margem, insuficiente para matar a discussão institucional e para dar tranquilidade ao governo.

Por mais que, para efeito propagandístico, alguns líderes governistas e ministros mais próximos do presidente produzam frases fortes a respeito da vitória do presidencialismo, o estado de espírito mais

realista, no lado do governo, foi traçado ontem para a Folha pelo deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE): "Vai ser uma votação maluca, mas o presidencialismo deve ganhar."

Observe-se que Fiuza é pouco afeito a declarações cautelosas como essa, preferindo o estilo retumbante, que o transformou em um dos principais líderes do Centrão, o agrupamento suprapartidário conservador do Congresso constituinte.

Na dúvida quanto ao resultado, o Planalto faz um grande esforço final para cooptar constituintes em favor da emenda presidencialista, a primeira a ser votada, mas trabalha, desde já, com a hipótese de, rejeitada esta, tentar inviabilizar a aprovação das duas que entram em votação a seguir, ambas parlamentaristas.

Como Ulysses Guimarães decidiu votar o sistema de governo, para só depois voltar a conversar com o governo, a margem para negociação agora é zero. Não há como conciliar sistemas antagônicos.

Produzindo o "buraco negro", no entanto, a negociação escapa dessa camisa-de-força e volta a ser abrangente, tratando do sistema de governo, da duração do mandato presidencial e da data de implantação do parlamentarismo, se for o caso. Há margem para negociação. "A data de implantação do parlamentarismo é perfeitamente negociável", diz, por exemplo, o senador José Richa (PMDB-PR), fechado com parlamentarismo e quatro anos para Sarney.

Para essa hipotética e futura negociação, o Palácio do Planalto partirá de uma posição maximalista, como é de praxe em qualquer negociação. Quer presidencialismo (aceitando a sua "parlamentarização") como cinco anos para Sarney. Mas, se verificar que o parlamentarismo alcança a maioria relativa, mesmo sem chegar aos 280 votos, acabará por aceitá-lo desde que o mandato (tratado como questão de honra pelo presidente) fique em

cinco anos e a implantação do novo sistema se dê após a eleição do sucessor de Sarney.

Os parlamentaristas que se opõem ao governo também partirão de uma proposta máxima: parlamentarismo-já, com quatro anos para Sarney. Mas aceitarão, em sua maioria, parlamentarismo só depois de Sarney, desde que o mandato fique nos quatro anos.

A aposta palaciana no impasse —até aqui bem-sucedida, na medida em que o "buraco negro" parece ser a hipótese mais provável de resultado da votação sobre o sistema de governo— já foi detectada claramente pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB. Ontem, em reunião com o governador do Paraná, Alvaro Dias, e prefeitos daquele Estado, Ulysses escolheu cuidadosamente uma frase para passar um recado ao Palácio: "O destino dos políticos é gerar esperança e não criar impasses", disse Ulysses.

Dias, Newton e Collor apóiam plebiscito

Das Sucursais

O governador do Paraná, Alvaro Dias (PMDB), tornou-se ontem o segundo governador a defender um plebiscito caso o Congresso constituinte aprove o parlamentarismo. Dias defendeu o plebiscito dois dias depois de o governador paulista Orestes Quércia (PMDB) ter feito o mesmo. "Não é possível implantar o parlamentarismo com os atuais congressistas, a não ser que o povo o autorize", disse, depois de uma reunião com o deputado Ulysses Guimarães.

Alvaro Dias vinculou o parlamentarismo a duas alternativas: "ou o plebiscito ou eleições gerais". Nesta última hipótese, o novo sistema seria implantado com um novo Congresso. Dias repetiu sua convicção presidencialista, mas não se arriscou a dar um palpite sobre o resultado da votação.

Governadores

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem, em Belo Horizonte, que também é a favor da proposta de plebiscito de Quércia. O governador mineiro defende cinco anos de mandato para o presidente Sarney e já se declarou presidencialista, mas admitiria o parlamentarismo para garantir o mandato de cinco anos. "Concordo com o sistema parlamentarista e cinco anos de mandato, desde que se consulte o povo".

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello também quer um plebiscito. Collor de Mello acredita que, se a aprovação do parlamentarismo ou do presidencialismo ocorrer por pequena diferença de votos, "é fundamental que essa decisão seja referendada através de plebiscito popular". Collor acha que



Governador Alvaro Dias (PR)



Governador Newton Cardoso (MG)

o "quadro está muito difícil" e não quer arriscar um prognóstico sobre a votação.

Reafirmando sua posição de candidato a presidente nas próximas eleições —seja com parlamentarismo ou presidencialismo—, o governador de Alagoas disse que sabe que é o candidato a vice-presidente dos "sonhos de muita gente". "Mas sou candidato a presidente e não a vice", declarou.

Pedro Simon, governador peemedebista do Rio Grande do Sul, diz que vê "com respeito" a ideia de realização de plebiscito sobre o regime de governo, mas acha que a consulta só deveria ser feita após o país experimentar uma gestão administrativa sob o regime parlamentar. "Essa fórmula não fugiria ao espírito de consulta à opinião públi-

ca e, ao mesmo tempo, permitiria que o povo primeiro conhecesse o regime parlamentar para que pudesse confrontá-lo com o presidencialismo". Simon é defensor intransigente do parlamentarismo. Após longa pregação pelo mandato de cinco anos para o presidente Sarney, tem dito ultimamente que a duração do atual mandato é uma questão menos importante.

Opiniões divididas

No plenário do Congresso constituinte, as opiniões se dividiram. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, defendeu veementemente o plebiscito. "Não me lembro de ninguém que tenha feito campanha pelo parlamentarismo", disse. "Por isso, o povo terá que dizer se

concorda ou não com ele, antes de sua aplicação".

Por outras razões, a bancada do PT tem a mesma posição. O partido fixou uma linha presidencialista e defende o plebiscito antes mesmo do fim dos trabalhos do Congresso constituinte, caso passe o parlamentarismo. "Defendemos o plebiscito para tudo", afirmou o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Já o senador Jarbas Passarinho (PA), presidente do PDS, rejeitou o plebiscito: "Já estamos num Congresso plebiscitário". Segundo Passarinho, a Constituinte teria soberania para mudar o sistema de governo sem referendo. "Se não, vamos ficar fazendo referendos a vida toda". O senador, um presidencialista histórico, passou a admitir nas últimas semanas o parlamentarismo como saída para a atual crise.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), insistiu na posição adotada pela maioria da liderança de seu partido. "Não sou contra o plebiscito, mas jamais como condição de legitimação do parlamentarismo. Se não, vamos ter que fazer um plebiscito também para o presidencialismo".

Outra liderança parlamentarista, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), usou o microfone do plenário, ontem à tarde, para provocar os que defendem a tese do plebiscito. Lembrou que o presidencialismo no Brasil foi fruto de um golpe de Estado (comandado por Deodoro da Fonseca, em 1889). "O presidencialismo nunca se submeteu a uma emenda constitucional".

O texto da Comissão de Sistematização prevê um artigo vedando a aprovação de qualquer emenda constitucional nos próximos cinco anos para mudar o sistema de governo.

Presidencialista, Maciel rejeita sistema híbrido

Da Sucursal de Brasília

Principal articulador do presidencialismo no Congresso constituinte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) rejeitou ontem qualquer tipo de fusão de propostas parlamentaristas e presidencialistas para se chegar a um acordo sobre o futuro sistema de governo.

"A opção terá que ser ou pelo aprimoramento do presidencialismo ou pela tentativa de uma volta às experiências parlamentaristas, nunca pela adoção do que já se chamou de sistema híbrido, que tanto poderia ser um presidencialismo mitigado quanto um parlamentarismo misto", disse Maciel, presidente do PFL, em discurso no Senado.

Maciel descarta, portanto, a hipótese de uma fórmula que contemple parlamentaristas e parlamentaristas. O sistema de governo deverá ser votado na próxima semana e dificilmente haverá acordo entre as duas posições. Maciel, ontem, repetiu sua conhecida defesa de um presidencialismo com fortalecimento do Congresso configurando um regime de "equipotência de poderes".

Criticou o argumento parlamentarista, de que este sistema de governo desconcentraria os poderes do Executivo, dividindo-o entre o presidente e o primeiro-ministro. "Mais relevante do que dividi-los é acordarmos em como equilibrá-los em

prerrogativas, facultades e responsabilidades".

Maciel, porém, reconheceu que "a tese parlamentarista encontra forte apoio e larga aceitação no plenário da Constituinte". Mas acrescentou: "a adoção do sistema parlamentar entre nós em vez de resolver a crise política vai —permitam-se dizê-lo— apenas agravá-la".

Para o senador, as sucessivas crises da República, que o parlamentaristas atribuem ao presidencialismo, "não podem ser debitadas apenas à forma de governo". Rejeitou também o argumento parlamentarista de que a experiência deste sistema de governo no Império teria dado estabilidade política ao país. "O chamado parlamentarismo do Império conviveu com a escravidão,

a monocultura e com a fragilidade da economia", disse.

Os senadores parlamentaristas Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Luiz Viana Filho (PMDB-BA), apartearam o discurso de Maciel, para elogiar sua disposição de não aceitar fórmulas híbridas.

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) contestou o argumento de Maciel de que o Império não teria sido um período de estabilidade, já que em 49 anos teve 36 gabinetes (média de um a cada 16 meses). "É melhor mudar muito, como aconteceu no Império, do que não mudar muito, como aconteceu na República, em que Getúlio ficou 15 anos no poder e os militares 20", disse Arinos.

Centro Democrático e PT podem viabilizar o parlamentarismo

Embora as previsões sobre o resultado da votação continuem no mesmo estágio de indefinição, o parlamentarismo ganhou pontos psicologicamente ontem, por dois motivos:

1 — O "Centro Democrático", o bloco conservador do PMDB, alinhado com as teses palacianas, iniciou, desde terça-feira, uma análise de conjuntura que levou o seu principal articulador (Expedito Machado, do PMDB-CE) a dizer: "No grupo, o presidencialismo está perdendo substância."

Pela análise do "Centro Democrático", a crise é muito grave e será ainda mais agravada se a eleição presidencial for marcada para este ano. Logo, o grupo reafirma a sua defesa dos cinco anos de mandato para Sarney. Simultaneamente, o grupo acha que o governo se enfraqueceu demais e talvez já não tenha condições de enfrentar decididamente a crise, mesmo com um mandato presidencial de cinco anos. Logo, o parlamentarismo (uma mudança de governo) pode ser a saída.

Por enquanto, garante Expedito Machado, não houve nenhuma decisão, mas o grupo volta a se reunir hoje, em café da manhã, e pode consumir uma guinada, de influência óbvia na votação. São cerca de 50 constituintes, número vital para uma votação que se imagina muito apertada.

2 — O PT, de posição presidencialista fechada, começa a ter tão fortes dúvidas que pode se encaminhar para a abstenção. Ocorre que a emenda presidencialista prevê cinco anos de mandato para os futuros presidentes, o que é considerado um ponto importante para que identico período seja concedido a Sarney. Como o PT acha um mandato de quatro anos fundamental, seus constituintes hesitam a cada dia mais. A hesitação não é apenas daqueles que são parlamentaristas por convicção, mas votam conforme a orientação partidária (caso, por exemplo, de Plínio de Arruda Sampaio), mas também dos presidencialistas inarredáveis, como José Genoino.

O PT tem 16 votos igualmente fundamentais em um cenário de equilíbrio. Por enquanto, em todo o caso, a posição do partido continua sendo pelo presidencialismo. "Amanhã, não sei", diz Plínio. A deputada Irma Passoni (SP, parlamentarista) é menos otimista e acha que a questão no partido está encerrada.

A indefinição só fez aumentar o trabalho de alijamento de parte a parte. O Palácio do Planalto trabalha a todo pano, mas os parlamentaristas tampouco estão parados. Eles já identificaram 40 constituintes na lista dos indefinidos ou indecisos e vão concentrar fogo sobre eles.

A tática é a que já ficou acertada desde a semana anterior: louvar as vantagens do parlamentarismo, sem procurar entrar na discussão sobre a duração do mandato de Sarney. "Estamos legislando para os nossos filhos", é a palavra, em voz mansa, que Genebaldo Correia (PMDB-BA) passa aos indecisos, ao alinhá-los méritos do parlamentarismo.

A tática se completa com a decisão de deixar para depois qualquer definição a respeito do mandato presidencial, que só será votado, de fato, nas disposições transitórias, dentro de 45 ou 60 dias.

Todos os esforços, de parte a parte, não produziram até agora resultados palpáveis. Tanto é assim que o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, parlamentarista e quatro-anoista, dizia ontem: "Pode dar tudo, até a grande zebra que seria presidencialismo com cinco anos." (CR)

Votação consegue mobilizar poucos na Constituinte

Do enviado especial a Brasília

Contrastando com a previsível excitação que o tema provoca em plenário, o sistema de governo, ao ser votado, provavelmente modificará em pouco a rotina das deliberações constituintes. Não existe uma mobilização para lotar as galerias com claque favoráveis ao parlamentarismo ou ao presidencialismo, havendo apenas um reforço das equipes de cobertura jornalística e do corpo de segurança que circula nas dependências do Congresso.

Em lugar de as senhas serem entregues às lideranças das bancadas, deputados e senadores passaram a recebê-las individualmente, na base de oito para cada conjunto de dez sessões. Se for para contornar essa dispersão, talvez apenas se beneficiem os dois PCs e o MUP (Movimento de Unidade Progressista, do PMDB), que pensam em colocar na galeria um grupo torcedor do parlamentarismo.

No presidencialista PT, não havia até ontem à tarde qualquer plano de fazer o mesmo com os militantes da CUT, facilmente mobilizáveis no Distrito Federal. "Só temos 14 senhas", disse uma das assessoras da liderança do partido. E a poderosa UDR, com cerca de 400 de seus dirigentes hospedados no hotel Garvey, não pensa em partir para um contraponto à possível mobilização da esquerda, porque não tem posição fechada sobre o assunto. (JBN)